PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
INTITUIÇÃO DE ENSINO	Unieducar
CREDENCIAMENTO	Parecer 0305/2021 - Câmara de Educação Superior e Profissional
MANTENEDORA	Unieducar Inteligência Educacional – CNPJ 05.569.970/0001-26
REGISTRO MEC SISTEC	43970 – SISTEC - Parecer CEE-CE No. 305/2021
REGISTRO SICAF – PJ	170038
REGISTRO ABED	5.139 – Categoria Institucional
REGISTRO CFA/CRA	PJ – 3457 – CE

Declaramos, a pedido do(a) interessado(a), e para fins de prova junto ao respectivo órgão empregador, que o curso abaixo citado encontra-se disponível para matrícula, como programa de **Extensão / Capacitação**, junto à **Unieducar**, com data para início e término a definir, conforme carga horária assinalada.

METODOLOGIA: O conteúdo dos cursos de Extensão pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. Os objetos instrucionais são apresentados em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e demais objetos instrucionais, além de materiais extras disponíveis na biblioteca (e-books), exercícios, audioaulas e videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO: O programa de Extensão / Capacitação prevê a participação ativa do inscrito nas diversas atividades propostas. O aluno matriculado em um programa de capacitação deve cumprir rigorosamente com o cronograma de atividades a seguir detalhado, aplicando 8 (oito) horas diárias no desenvolvimento das seguintes ações durante todo o período de acesso ao conteúdo:

ATIVIDADES/HORÁRIOS	08h-09h	09h-10h	10h-11h	11h-12h	12h-14h	14h-15h	15h-16h	16h-17h	17h-18h
Videoaulas Audioaulas	■	■			INTERVALO	■	■		
E-books Audiobooks		■	■		INTERVALO		■	■	
Atividades/Interação				■	INTERVALO				■
Suporte c/Tutoria			■	■	INTERVALO			■	
TOTAL DE HORAS DIÁRIAS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES									8 (OITO)

SINCRONICIDADE: Os programas de Extensão / Capacitação são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter as datas de início e término definidas.

TUTORIA E FORMAS DE INTERAÇÃO: Os programas de Extensão / Capacitação recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e a coordenação do curso é exclusivamente online, onde são agendadas ações síncronas em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

AVALIAÇÃO/CERTIFICAÇÃO: Nos programas de Extensão / Capacitação a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de redações durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual, bem, como: a realização de atividade avaliativa ao término de cada aula ou módulo de conteúdo e a realização de atividade avaliativa final, com pontuação, ao término da capacitação. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% nas atividades de

avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: Os programas de Extensão / Capacitação apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos, elaborados por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha o projeto, desenvolvimento e atualização de conteúdo. TECNOLOGIA DE EAD/E-LEARNING: Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, o que demanda a aplicação de tecnologias de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados. MATERIAIS DIDÁTICOS: Os conteúdos programáticos dos cursos de Extensão / Capacitação são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); audioaulas; desafios; exercícios e testes; além de conteúdos de fontes externas, a partir de material relacionado. INTERAÇÃO E SUPORTE ADMINISTRATIVO: Os programas de Extensão / Capacitação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e presencial, conforme o caso. SOBRE A

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: A Unieducar é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Unieducar Inteligência Educacional, que atua – desde 2003 - com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Instituição de Ensino Credenciada pelo MEC; cadastrada junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atende mediante Nota de Empenho todos os órgãos públicos Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Nova Lei de Improbidade Administrativa

CARGA HORÁRIA: 320 horas

PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO: 40 dias.

PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO: 120 dias.

OBJETIVOS GERAIS:

Atualização Estratégica na Nova Lei de Improbidade Administrativa

O cenário jurídico brasileiro exige que servidores públicos e profissionais do Direito dominem as profundas alterações trazidas pela lei número 14.230, de 2021. Este curso oferece uma imersão técnica no microssistema anticorrupção, abordando desde o fim da modalidade culposa até a exigência do dolo específico. Através de uma análise detalhada do Tema número 1.199 do STF, o aluno compreende a irretroatividade da norma e se prepara para atuar com segurança em processos de enriquecimento ilícito e prejuízo ao erário.

Inovação Tecnológica e Provas Digitais na Gestão Pública

A qualificação abrange o impacto da transformação digital, focando no uso de Big Data e inteligência artificial para a identificação preventiva de atos ilícitos. Profissionais que buscam destaque no mercado de trabalho aprenderão a lidar com provas em meios digitais, cruzamento de dados e os limites impostos pela LGPD no processo de improbidade. O conteúdo explora a validade jurídica da interceptação telemática e a segurança cibernética, competências essenciais para a defesa ou acusação na era da administração pública 4.0.

Prática Jurídica Avançada e Solução de Conflitos

O diferencial deste programa reside na oficina de identificação de dolo e na simulação do Acordo de Não Persecução Cível (ANPC). O curso detalha o rito processual completo, incluindo tutelas provisórias, indisponibilidade de bens e medidas executivas atípicas. Ao estudar acórdãos recentes do STF e STJ, o aluno desenvolve uma visão crítica sobre a prescrição intercorrente e a coisa julgada. É a oportunidade ideal para servidores que visam a conformidade administrativa e advogados que buscam excelência em casos complexos de ordem urbanística e sanções civis.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO: O desenvolvimento do conteúdo programático requer a realização das seguintes atividades/dinâmicas, com vistas ao cumprimento da correspondente carga horária deste programa de capacitação:

- O aluno deverá assistir e eventualmente voltar a assistir às videoaulas, com o objetivo de fixar o conteúdo trabalhado pelo professor;
- Para cada aula ministrada, o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA disponibiliza um ou mais e-books, a fim de que o aluno possa ler e reler os textos de apoio, aprofundando o estudo sobre cada um dos tópicos ministrados, objeto de seu desenvolvimento neste programa;
- O programa disponibiliza ainda uma lista de exercícios propostos, visando a fixação do conteúdo trabalhado, especialmente com questões/problemas que exigem a aplicação dos conceitos desenvolvidos nas aulas e nos livros-texto às situações concretas apresentadas;
- O aluno é também acompanhado por um ou mais tutores designados pela Instituição de Ensino. No AVA, o aluno dispõe ainda de um canal de interação com esses professores especialistas nas matérias objeto das aulas.

Cumprindo então todas essas atividades, agrupadas nos quatro itens acima, o aluno poderá usufruir de uma experiência de aprendizado enriquecedora, aproveitando todas as ferramentas que a Instituição coloca à sua disposição e, consequentemente, aprimorando sua qualificação profissional. Resta evidenciado que a carga horária total não está atrelada ao tempo de duração das videoaulas, mas à diligente observância do que é proposto neste projeto pedagógico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

PARTE GERAL: ASPECTOS INICIAIS, FONTES E SUJEITOS DA IMPROBIDADE
Introdução; Conceito; Fontes; Controle; Microssistema Anticorrupção; Lei de Improbidade Administrativa e Direito Intertemporal; O Tema 1.199 do STF e a Irretroatividade da Norma Benéfica; O Fim da Modalidade Culposa e a Exigência do Dolo Específico; Sujeito Ativo do Ato de Improbidade Administrativa; Sujeito Passivo do Ato de Improbidade Administrativa; Terceiros; Sucessores; Responsabilidades; A Responsabilidade de Agentes Políticos e a Dualidade de Regimes.
TIPOLOGIA DOS ATOS DE IMPROBIDADE
Atos de Improbidade por Enriquecimento Ilícito; Atos de Improbidade por Prejuízo ao Erário; Atos de Improbidade Contra os Princípios da Administração Pública; A Taxatividade do Rol do Artigo 11; Divergências sobre a Aplicabilidade de Tipos Revogados.
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, ORDEM URBANÍSTICA E SANÇÕES
Introdução; Ordem urbanística do Município; Tipos de Sanções; Critérios para Aplicação de Sanções; Princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade na Dosimetria.
PROCESSO JUDICIAL: ASPECTOS INICIAIS E PROCESSUAIS
Introdução; Legitimidade Concorrente entre o Ministério Público e a Pessoa Jurídica Interessada; Competência; Conflito de Atribuições; Petição Inicial e os Requisitos da Nova Lei; Tutela Provisória; Afastamento; Rejeição da Petição Inicial; Medidas após a Contestação; Tipificação e Princípio da Congruência; Produção de Provas; Acordo de Não Persecução Cível (ANPC); Requisitos Específicos da Sentença em Ações de Improbidade Administrativa.
PROCESSO JUDICIAL: FASE RECURSAL E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Introdução; Recursos; Extinção do Reexame Necessário; Conversão da Ação de Improbidade Administrativa em Ação Civil Pública; Coisa Julgada; Liquidação e Cumprimento de Sentença; Medidas Executivas Atípicas; Legitimidade Concorrente no Cumprimento; Pluralidade de Atos de Improbidade Administrativa e Unificação das Penas; Apuração do Valor do Ressarcimento e Vedação ao Enriquecimento sem Causa; Possibilidade de Parcelamento do Débito Resultante da Condenação; Afastamento da Responsabilidade Solidária; Improbidade Administrativa e Lei Anticorrupção; Custas, Honorários Advocatícios e outras Despesas.
MEDIDAS CAUTELARES NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
Introdução; Indisponibilidade de Bens e a Demonstração do Perigo de Dano; Ordem de Preferência da Penhora; Afastamento Provisório do Cargo, Emprego ou Função.
PRESCRIÇÃO E COISA JULGADA
Introdução; Disposições Gerais da Prescrição Ordinária; Prescrição Intercorrente e as Causas de Interrupção; Coisa Julgada Secundum Eventum Probationis; Coisa Julgada Secundum Eventum Litis; Limitação Territorial da Coisa Julgada.

APURAÇÃO E MEDIDAS EXTRAJUDICIAIS
Introdução; Instauração; Indeferimento de Requerimento de Instauração do Inquérito Civil; Instrução; Arquivamento; Recomendação; Compromisso de Ajustamento de Conduta.

DECLARAÇÃO DE BENS, PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DISPOSIÇÕES PENAIS
Introdução; Declaração de Bens; Procedimento Administrativo; Disposições Penais; A Comunicação das Instâncias e a Influência da Sentença Penal na Esfera Cível.

MICROSSISTEMA COLETIVO E SILÊNCIO ADMINISTRATIVO
Introdução; Microssistema Coletivo e a Ação de Improbidade Administrativa; Aspectos Iniciais do Silêncio Administrativo; Prescrição e Decadência; Outros Fatos Extintivos; Silêncio Administrativo como Ato Administrativo (Lei nº 13.874/2019); Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental e Mandado de Segurança; Aplicabilidade da Lei de Improbidade (Lei nº 8.429/1992); Conclusão.

TECNOLOGIA E PROVAS DIGITAIS NA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
Uso de Algoritmos e Big Data no Controle da Gestão Pública; Cruzamento de Dados para Detecção de Enriquecimento Ilícito; Provas em Meios Digitais e sua Validade Jurídica; Quebra de Sigilo de Dados e Interceptação Telemática na Investigação de Atos de Improbidade.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E LGPD
O Uso de I.A. na Identificação Preventiva de Atos de Improbidade; Algoritmos de Auditoria em Licitações e Contratos; Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no Processo de Improbidade; Limites da Transparência Pública e a Proteção de Dados Sensíveis; Conflito entre o Dever de Publicidade e o Direito à Privacidade do Investigado; Segurança Cibernética no Tratamento de Provas Digitais.

ESTUDOS DE CASOS PRÁTICOS E JURISPRUDENCIAIS
Análise de Acórdãos Recentes do STF e STJ sobre a Lei nº 14.230/2021; Simulação de Elaboração de Acordo de Não Persecução Cível (ANPC); Estudo sobre a Retroatividade da Norma no Caso Concreto; Oficina de Identificação de Dolo Específico em Petições Iniciais; Análise de Casos Reais de Indisponibilidade de Bens e Penhora Online.